

A POLÍTICA EXTERNA DE ANGOLA: PROCESSOS E PILARES PARA ELABORAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA DE ANGOLA NOS TEMPOS ATUAIS E SUAS TENDÊNCIAS PARA O FUTURO¹

Lucas Tchivinda Kaunda Culo²

RESUMO

Este artigo propõe uma análise e discussão abrangente sobre a política externa em Angola, considerando seu contexto atual e suas perspectivas futuras. Destacamos os processos e fundamentos que orientam a formulação dessas políticas, bem como sua influência no cenário internacional. Partindo do interesse crescente nas áreas de Relações Internacionais e Ciências Políticas, buscamos compreender a trajetória da política externa angolana e seus efeitos atuais, tanto internos quanto externos. Ao examinar o significado da política externa e discutir o sistema político vigente em Angola, nosso objetivo é elucidar como esses elementos se entrelaçam no processo de formulação das políticas externas. Este trabalho é uma abordagem científica, embasada em pesquisa bibliográfica e teorias das relações internacionais, que visa trazer à tona as complexidades do sistema político angolano e suas implicações globais. Buscamos estimular um debate enriquecedor sobre os desafios e as oportunidades que o país enfrenta em seu papel no cenário internacional.

Palavras-chave: Angola - relações exteriores; condicionalidade (relações internacionais) - Angola.

ABSTRACT

This article proposes a thorough analysis and comprehensive discussion on the foreign policy in Angola, considering its current context and future prospects. We highlight the processes and fundamentals that guide the formulation of these policies, as well as their influence on the international stage. Stemming from the growing interest in the fields of International Relations and Political Science, we aim to understand the trajectory of Angolan foreign policy and its current effects, both domestically and internationally. By examining the meaning of foreign policy and discussing the existing political system in Angola, our objective is to elucidate how these elements intertwine in the formulation of foreign policies. This work represents a scientific approach, grounded in bibliographic research and theories of international relations, aimed at shedding light on the complexities of the Angolan political system and its global implications. We seek to stimulate an enriching debate on the challenges and opportunities that the country faces in its role on the international stage.

Keywords: Angola - foreign relations; conditionality (international relations) - Angola.

¹ Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao curso de Bacharelado em Relações Internacionais da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), Campus dos Malês, sob a orientação da Prof.^a Dr.^a Cinthia Regina Campos Ricardo da Silva.

² Graduando em Relações Internacionais pela UNILAB.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo pretende fazer uma análise, para compreender como a política interna de Angola decide a sua política externa para as iniciativas de cooperação com outros países, no que concerne ao seu processo de elaboração e conseqüentemente as suas perspectivas para o futuro, tendo em conta aos seus aspectos político e governamental, assim como nos debruçaremos também a relevância dos impactos da sua política externa na sociedade angolana e no seio internacional. Desta forma, o foco da pesquisa, com base nas teorias das relações internacionais, levantamentos e análises de dados, fundamenta-se em uma compreensão acerca dos principais pilares e processos de elaboração da política externa do país, mantendo uma abordagem reflexiva em relação aos impactos dessas políticas na atualidade.

A formulação da política externa é uma ação fundamental para a posição de um país no cenário internacional. Consiste em processos complexos e multifacetados que refletem as realidades internas, bem como as relações externas do Estado. No contexto africano, Angola tem sido um ator proeminente, com sua política externa moldada por uma série de processos e princípios peculiares. Este trabalho propõe-se a investigar e analisar tais processos e princípios que orientam o executivo angolano na formulação de sua política externa.

Angola³ é uma nação situada na África ocidental detentor de uma riqueza significativa em termos de recursos naturais, destacando-se suas amplas reservas minerais e de petróleo. As relações exteriores de Angola têm sido marcadas por fatores históricos, socioeconômicos e políticos singulares (Vines, 2015). Entender esses elementos é fundamental para compreender como o executivo procede os processos de elaboração de sua política externa, assim como o seu posicionamento estratégico no cenário internacional atual. A pergunta-chave que orienta esta pesquisa é: Como são os principais processos e princípios que orientam o executivo angolano na formulação de sua política externa com outros países nos dias de hoje? Para responder a essa questão, faremos uma revisão bibliográfica dos principais estudos sobre a política externa de Angola (Bembe, 2016; Simião, 2014), bem como uma análise dos documentos oficiais do governo angolano.

O presente estudo, não apenas examinará suas interações com outros países, mas também oferecerá visões sobre as tendências predominantes que podem moldar o curso futuro da política externa angolana, tendo em conta o fato dela ser moldada por uma série de interações

³ Faz fronteiras ao norte, com o Congo (Brazzaville); ao leste pela República Democrática do Congo e a Zâmbia e ao sul com a República da Namíbia. O país possui 18 províncias, que são: Luanda, Benguela, Uíge, Cuando-Cubango, Huíla, Cabinda, Kwanza Sul, Kwanza Norte, Lunda Sul, Lunda Norte, Huambo, Zaire, Cunene, Bié, Malanje, Moxico, Bengo e Namibe (José, 2008, p. 174)

com outros países e entidades internacionais, assim como buscaremos compreender essas interações em diferentes níveis, dependendo das prioridades e interesses específicos em cada área para informar as decisões políticas futuras de Angola e promover seus interesses nacionais e objetivos estratégicos de maneira eficaz. Como sugere Nel (2010, p. 17), "A compreensão dos fatores internos e externos que moldam a política externa de um país é crucial para antecipar suas futuras direções estratégicas". Essa abordagem abre margem à compreensão dos fatores internos incluindo elementos como a estrutura política, econômica e social do país, suas instituições governamentais, interesses e demandas da sociedade, bem como suas capacidades e recursos. E por outro lado, os fatores externos abrangem a dinâmica das relações internacionais, o contexto regional e global, as políticas e ações de outros países, organizações internacionais, e alianças, ao compreender e analisar esses fatores internos e externos, os tomadores de decisão podem antecipar melhor as possíveis estratégias e direções que um país pode adotar em sua política externa, permitindo-lhes tomar decisões mais informadas e eficazes para promover seus interesses nacionais e objetivos estratégicos.

Assim sendo, este estudo tem como objetivo investigar e analisar os processos e princípios que influenciam o executivo angolano na formulação de sua política externa. Segundo Smith (2016, p. 12), "A política externa é um elemento crucial na condução das relações diplomáticas e estratégicas de qualquer país". No caso de Angola, a análise de sua política externa nos permite compreender como o país interage com outras nações em um mundo cada vez mais globalizado e interdependente.

Dentre os diversos aspectos que influenciam a elaboração da política externa de qualquer país, destacamos alguns que consideramos particularmente importantes no caso angolano. O primeiro é a situação econômica do país. Como aponta Carmo (2018, p. 32), as decisões sobre as relações internacionais de Angola são fortemente influenciadas por suas necessidades econômicas. Outro aspecto relevante é o contexto histórico e geopolítico no qual o país está inserido (Ferreira, 2020, p. 67). Por último, mas não menos importante, destacamos as ideologias políticas que orientam o atual governo angolano.

Acreditamos que ao investigar os processos e princípios que orientam a política externa de Angola, estaremos contribuindo para ampliar o conhecimento sobre as relações internacionais da África, em particular de Angola.

2 VISÃO GERAL DO CONCEITO DE POLÍTICA EXTERNA

Para iniciar esta discussão, é crucial considerar que o estudo da política externa está inserido no âmbito de várias disciplinas das Ciências Sociais, incluindo História, Ciência Política e especialmente Relações Internacionais, objeto deste artigo. Portanto, é essencial definir o conceito de política externa em relação a diversas abordagens metodológicas, incluindo aquelas fundamentadas em princípios epistemológicos associados à Análise de Política Externa (APE). Em termos conceituais, a política externa envolve a formulação e execução de estratégias, ideias políticas e objetivos por parte de um Estado ou país, visando alcançar seus objetivos diplomáticos em relação aos demais países do mundo.

Com base na perspectiva apresentada por Silva (2017), diante da discussão em curso, busca-se igualmente identificar os principais avanços recentes no que diz respeito à possível interconexão entre a política externa das unidades políticas e os elementos dos sistemas regionais, tanto no contexto africano quanto em outras regiões do globo. Ademais, procede-se a uma avaliação preliminar das limitações desses estudos para a compreensão da dinâmica sistêmica entre esses países. Não obstante, é imperativo ressaltar que,

[...]A disciplina de Relações Internacionais (RI) tem experimentado no pós-Guerra Fria uma expansão geral no campo de investigação, tanto em termos de abordagens quanto em escopo geográfico. No primeiro caso, pode-se referir às renovadas abordagens epistemológicas e teóricas envolvidas nos recentes debates da área. No segundo caso, o aprofundamento do processo de globalização (acompanhado pela regionalização) e, mais tarde, a emergência de novas potências regionais e globais ampliaram o interesse geral na periferia e semiperiferia do sistema mundial, o chamado Sul global (em termos econômicos e políticos). Sub áreas das RI foram não menos afetadas por esses desenvolvimentos. Dois exemplos delas são o novo regionalismo (NR) e a análise de política externa (APE). (Castellano da Silva *apud* Lucas, 2020, p. 10).

Dessa forma, ao delinear uma definição do conceito de política externa, conforme Bembe citado na obra "Elementos de análise de política externa" de Santos (2016, p. 26), observa-se que a política externa, enquanto categoria de pensamento, abrange um conjunto de processos, decisões e ações conduzidas pelos Estados, realizadas por meio de órgãos próprios utilizando recursos e instrumentos específicos.

Em suma, trata-se de um conjunto de diretrizes políticas desenvolvidas além das fronteiras territoriais de um Estado, com o objetivo de defender e promover seus interesses, por meio da implementação dos objetivos estabelecidos por um programa de governo ou estado. Isso se deve ao fato de que, historicamente, em Angola,

Durante a Guerra Fria, a política externa dos Estados estava aliada à segurança de cada bloco. Terminado aquele período, os Estados africanos de partido único, entre os quais Angola, foram confrontados com a democratização e a liberalização da economia dos seus países, com a despartidarização e a reorganização do órgão responsável pela condução da atividade diplomática. [...] Após o conflito bipolar entre a União Soviética e os Estados Unidos, as discussões teóricas limitaram-se à avaliação do sucesso ou do fracasso do fim da bipolaridade e da forma como ocorreu. O fim do conflito gerou uma onda de otimismo, de acordo com as previsões liberais. [...] Alguns meses após a queda do Muro de Berlim, em março de 1990, o presidente angolano concedeu uma entrevista ao *New York Times*, em que defendeu o ajustamento da diplomacia e da política externa angolana. Na mesma entrevista, apoiou a maior inserção de Angola no contexto africano e, em especial, na região da África Austral. Destacou também os contactos com os sul-africanos, assim como a abertura de missões diplomáticas em países com os quais Angola ainda não mantinha relações diplomáticas (Jesus Alves *apud* Lucas, p. 5).

Segundo as reflexões apresentada por Bembe *apud* Santos (2016, p. 27), a presença constante do Estado como um agente político é observada tanto na análise política, que parte do próprio Estado e considera a interação interna e externa, quanto na análise regional, internacional ou global, que parte do sistema e ambiente, aborda a dinâmica interativa externo e interno. Esta dualidade de abordagens revela a alternância da centralidade do objeto de estudo, que varia entre o Estado como agente em si e o sistema ambiente relacional no qual está inserido.

Além disso, ao explorar detalhadamente a Política Externa Angolana, é fundamental adotar uma perspectiva histórica abrangente, não apenas para compreender as mudanças e tendências ao longo do tempo, mas também para situá-las dentro dos diferentes períodos históricos angolanos. Essa análise retrospectiva é essencial para identificar as nuances das transformações ocorridas e suas implicações no cenário político internacional.

Nesse contexto, é relevante ressaltar, como mencionado por Gomes (2009, p. 13), que o Estado pós-colonial angolano emergiu em um cenário caracterizado pelo caos e pela violência da guerra civil, que ocorreu simultaneamente à luta pela independência. Sob um regime de partido único com influências marxistas-leninistas, Angola enfrentou um longo período de repressão, autoritarismo e violência, agravado pelo desenvolvimento de formas de governança corruptas e excludentes. Essa trajetória histórica complexa lança luz sobre os desafios enfrentados pela Política Externa Angolana e os fatores que moldaram sua evolução ao longo do tempo.

Nesse sentido, nosso trabalho se baseará em análises da conjuntura atual, o que nos permite entender os aspectos estruturais essenciais, como os avanços e retrocessos no cenário político de Angola. Acreditamos que qualquer governo que deseje desenvolver e implementar uma política externa própria deve enfrentar questões como o quê, como, onde, quando e por

que o país deseja agir, levando em consideração o contexto internacional. Ao responder a essas questões, os líderes políticos e diplomáticos podem encontrar maneiras de elaborar e executar a política externa do Estado. Esses modelos nos ajudam a avaliar e quantificar suas ações, assegurando que sejam fundamentadas e eficazes.

Todavia, em consonância com a perspectiva de Amorim Neto (2011, p. 17), o propósito deste estudo reside na compreensão do papel desempenhado pela política nacional de Angola na formulação de sua política externa, explorando esse aspecto específico e seus desdobramentos. Isso se fundamenta na observação de Amorim Neto (2011, p. 18), que destaca exemplos da influência da política interna sobre a política externa, bem como a existência de estratégias diversionárias que se baseiam em uma interconexão entre fatores internos e externos, aspectos proeminentes em análises de políticas externas.

No entanto, cabe ressaltar a ausência de consenso em relação à preponderância dos fatores políticos domésticos como determinantes fundamentais da política externa. Assim como,

O balanceamento pode ser externo ou interno. O primeiro implica a combinação das capacidades de dois ou mais Estados, enquanto o segundo significa a mobilização dos recursos internos de um Estado de modo a capacitá-lo a resistir aos Estados mais fortes [...]. Em um sistema bipolar, o balanceamento tende a ser interno, enquanto, num sistema multipolar, os Estados podem fazer o balanceamento de maneira mais econômica procurando outras potências como aliadas [...]. Sob um sistema unipolar, o balanceamento externo tende a ser mais difícil ainda do que sob a bipolaridade (Amorim Neto, 2011, p. 19).

Considerando que tanto a política interna quanto às relações internacionais estão em constante interação teórica e prática, caracterizadas por um "quebra-cabeça" ainda não completamente decifrado, discutir se a política interna determina efetivamente as relações internacionais ou vice-versa é uma questão infrutífera. No entanto, a resposta mais óbvia para esse dilema parece ser: "Algumas vezes uma influencia a outra" (Putnam, 2010, p. 147).

Diante disso,

[...] podemos afirmar que a Política Externa Angolana, corresponde ao conjunto de objetivos, estratégias e instrumentos que o Governo de Angola adota e aplica às entidades fora da sua jurisdição política, para assegurar a defesa e materialização dos interesses nacionais. Como a observação empírica demonstrou, logo, após a proclamação da independência em 1975, o Governo angolano procurou que as capacidades nacionais que garantiam a sua legitimação internacional estivessem nas suas zonas de influência direta (Bembe *apud* Lucas, 2020, p. 8).

Além do exposto anteriormente, Putnam (2010, p. 151) ilustra através de uma "alegoria do tabuleiro de jogos" que cada líder político nacional pode estar atuando em ambos os tabuleiros: o internacional, onde interage com contrapartes estrangeiras, diplomatas e assessores internacionais; e o doméstico, onde são representadas figuras partidárias, parlamentares, representantes de agências locais, grupos de interesse e assessores políticos.

Segundo Putnam (2010, p. 151 e 152), a complexidade desse jogo em dois níveis se torna evidente quando ações que parecem racionais em um tabuleiro podem ser contraproducentes em outro. No entanto, é importante ressaltar que há incentivos poderosos para manter a coerência entre esses dois jogos. Em última análise, as decisões políticas podem ser influenciadas por considerações em ambos os níveis, sendo os resultados muitas vezes determinados por interesses estratégicos e negociações.

Portanto, é crucial reconhecer que no campo das relações políticas há uma intersecção de interesses políticos, sociais e econômicos, onde podem surgir tanto convergências quanto conflitos, ganhos e perdas. Cada país, tipicamente, busca proteger e promover seus próprios interesses, buscando maximizar os benefícios obtidos. Nessas negociações, particularmente na esfera da política externa, prevalece uma dinâmica impulsionada pelo poder de barganha, como explica Putnam.

[...]É conveniente dividirmos analiticamente o processo em dois estágios: 1. a barganha entre os negociadores que leva a um acordo provisório – chamemos este estágio de nível I; 2. as discussões em separado entre os grupos domésticos de apoio sobre ratificar ou não o acordo – chamemos este estágio de nível II (2010, p. 153).

Em outras palavras, a divisão em fases de negociação e ratificação, embora seja útil para fins explicativos, pode não refletir com precisão a realidade. Na prática, as expectativas desempenham um papel significativo. É provável que ocorram consultas prévias e negociações no nível II para estabelecer uma posição inicial para o nível I. Por outro lado, a necessidade de ratificação no nível II certamente influencia as negociações no nível I. Na verdade, a expectativa de rejeição no nível II pode interromper as negociações no nível I sem que ocorra qualquer ação formal no nível II (Putnam, 2010, p. 153).

No âmbito dos aspectos internos da política do Estado angolano, segundo Bembe (2016, p. 36), no que se refere à definição do interesse nacional, o princípio de inclusividade sugere que o interesse nacional deve ser atribuído a toda a Nação ou, pelo menos, a uma grande parte dela, priorizando-o sobre os interesses de grupos. No entanto, esta posição carece de conexão com a realidade observada pelo pesquisador, pois essa ligação simplesmente não existe. Embora

tenha relevância prática no campo político, sua defesa no plano teórico não implica necessariamente um neutralismo. Por outro lado, o princípio de exclusividade indica que a definição do interesse nacional não leva em consideração os interesses de outras coletividades políticas estrangeiras, focando apenas naqueles que podem impactar os interesses domésticos.

Portanto, o processo inicia-se com uma predefinição do interesse nacional, destacando-se particularmente questões de segurança, cuja proteção requer um poder militar adequado. Em seguida, o princípio de relevância externa enfatiza que os interesses que compõem o interesse nacional devem ser impactados significativamente pelo contexto internacional e, conseqüentemente, pela orientação da política externa do Estado.

Este enfoque é conhecido como enumerativo, pois se concentra em listar um conjunto fundamental de interesses, estabelecendo um número limitado de objetivos para os quais existe amplo consenso. Aqui, surge a questão dos limiares ou a definição do momento em que uma ameaça se torna perigosa para a nação, abordando aspectos como segurança física, integridade da ordem normativa, prosperidade econômica, propriedade, liberdade, prestígio e engrandecimento nacional. Portanto, quando a ameaça é considerada modesta, ela não é vista como uma questão que afeta o interesse nacional (Bembe *apud* Bessa, 2016, p. 36 e 37).

3 DINÂMICAS E FUNDAMENTOS DA POLÍTICA EXTERNA ANGOLANA

Para começar a discutir as dinâmicas e fundamentos da política externa angolana, é crucial contextualizar o papel e os princípios que orientam as relações internacionais do país.

De acordo com Bembe (2016, p. 37), os princípios que têm orientado historicamente a política externa angolana e suas bases de projeção seguem uma linha doutrinária e prática político-diplomática coerente. Ao contrário de muitos Estados africanos, nos quais as relações exteriores se limitam predominantemente aos antigos colonizadores, aos países vizinhos e aos congêneres continentais, desde a independência de Portugal em 1975, Angola tem mantido relações intensas com diversos grupos de Estados.

Isso sugere que diversos interesses podem interligar diferentes tipos de Estados, levando em consideração as influências políticas dos membros da comunidade internacional. Nesse sentido, a política externa emerge como algo inevitável e de grande importância, pois os contatos internacionais, visando a resolução de problemas ou a busca de interesses mútuos, impulsionam as relações de cooperação em diversos domínios, como educação, saúde, comércio, cultura, economia, finanças, imigração, esporte e alianças militares. Destaca-se que

este último setor, as alianças militares, é um dos aspectos fundamentais a serem considerados ao analisarmos a política externa angolana.

Em decorrência disso, como afirmado por Bembe (2016, p. 41), existem evidências de que as principais potências envolvidas desempenharam papéis duplos em Angola, agindo tanto no âmbito da ONU⁴ quanto na afirmação de seus próprios interesses e diálogos privilegiados. Essa duplicidade pode explicar os sucessivos fracassos dos esforços da comunidade internacional, através da ONU, em alcançar uma paz sustentável e duradoura, enfrentando complexidades e controvérsias.

Compreensivelmente, as potências regionais e internacionais que instrumentalizaram as tensões internas em Angola sempre tenderam a centralizar suas decisões em seus próprios interesses nacionais, em detrimento dos interesses dos angolanos.

Neste artigo, é essencial compreender como a política externa de Angola tem sido conduzida durante o governo de João Manuel Gonçalves Lourenço⁵, considerando os diversos aspectos e áreas de conexão externa. Isso inclui não apenas o setor militar, mas também um panorama geral das negociações governamentais com diversos países e organizações internacionais. É importante destacar que a política externa angolana não pode ser analisada de forma isolada, pois faz parte de um contexto mais amplo que envolve a política externa africana e mundial.

Além disso, é muito importante entender que os limites da abertura política e as fragilidades do modelo de desenvolvimento continuam presentes como características estruturais do sistema de poder em Angola, conforme apontado por Catarina Gomes (2009, p. 14). Os desafios enfrentados pelo processo de democratização levam alguns autores a questionar a validade da expressão "transição política", preferindo termos como "reconversão" ou "recomposição" do poder.

Nesse contexto, é fundamental compreender que, conforme Rocha de Carvalho e Schutz (2019, p. 76), o Atlântico Sul assume uma posição de destaque nas relações internacionais desde os tempos coloniais. Atualmente, essa região adquire uma importância estratégica não apenas para as nações costeiras, mas também para a comunidade internacional como um todo.

Além disso, partindo do ponto de vista apresentado por Rocha de Carvalho e Schutz (2019, p. 77), a participação de Angola no Atlântico Sul evidencia sua relevância no contexto

⁴ Organização das Nações Unidas.

⁵ João Manuel Gonçalves Lourenço é um político angolano que atualmente serve como presidente de Angola. Ele assumiu o cargo em setembro de 2017, sucedendo José Eduardo dos Santos, sendo reeleito nas eleições gerais ocorrida em 2022. Antes de se tornar presidente, Lourenço ocupou várias posições de destaque no governo angolano, incluindo ministro da Defesa. Ele é membro do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), o partido no poder em Angola desde a independência do país em 1975 (Jornal de Angola, 2017, p. 1-2).

africano. Isso confere ao país um papel crucial no cenário global do Sul, especialmente na África Austral, por meio de uma abordagem integrada entre sua política externa e de defesa.

Diante disso, sob uma ótica de análise nas Relações Internacionais, podemos considerar que,

[...] A perspectiva central dos Estudos Estratégicos é a que nos coloca na posição de abordagem do que podemos designar como lógica estratégica, isto é, da estratégia como um fenómeno transversal da realidade social enquanto ciência e arte desenvolvida e executada por actores sociais que buscam a aquisição e consolidação de Poder. As pessoas, grupos e instituições, estruturantes de Estados e Nações, os próprios Estados-Nação são actores sociais com raciocínio estratégico e portanto devemos investigar e analisar as suas respectivas visões, segredos, conceitos, pensamentos e planeamentos estratégicos, meios e modalidades de acção. (Graça, 2013, p. 55).

De acordo com Graça (2013, p. 56), é importante ressaltar que os Estudos Estratégicos são uma disciplina voltada para o presente e para a evolução da conjuntura, sendo, portanto, metodologicamente muito úteis. Nesse contexto, é fundamental reconhecer que, na lógica estratégica, a competição é uma constante, com uma tendência natural para o conflito, mesmo em tempos de paz, onde a conflitualidade não armada é prevalente. Essa dinâmica é o cerne dos Estudos Estratégicos no campo político, levando em consideração também suas dimensões econômica e cultural.

Portanto, é imprescindível compreender os Estudos Estratégicos como uma ferramenta fundamental para analisar a política externa de Angola. Isso se deve à multiplicidade de interesses que permeiam as questões políticas, especialmente no que diz respeito à segurança militar. Além da participação do próprio Estado angolano e do protagonismo exercido pelo presidente João Manuel Gonçalves Lourenço, é importante considerar os interesses dos militares e seus líderes, bem como das organizações internacionais envolvidas, das quais o país é membro. Todas essas dinâmicas compõem o escopo estratégico crucial que envolve a política externa de Angola e os diversos atores sociais envolvidos.

Com base nas emendas constitucionais de 1992, foi estabelecido o sistema semipresidencialista, que incluiu a abolição da pena de morte, entre outras mudanças significativas. Antes de serem aprovadas pelo Parlamento nacional, essas emendas foram discutidas e votadas pelos partidos políticos registrados. O processo de discussão envolveu todos os partidos registrados na época, o que conferiu legitimidade ao processo. No entanto, é

importante destacar que a UNITA⁶ se absteve da votação, embora as revisões tenham sido aprovadas por consenso (Francisco, 2013, p. 114).

Considerando o sistema político angolano, teoricamente classificado como semipresidencialismo, embora a Constituição não menciona especificamente o sistema semipresidencialismo, este opera da seguinte maneira: os partidos ou coligações apresentam seus candidatos ao Parlamento, indicando desde o início quem será o chefe de Estado e de governo em caso de vitória, chamado de cabeça de lista. Após as eleições, o partido ou coligação com a maioria dos assentos parlamentares, decididos pelo voto popular, assume a liderança do governo. A Constituição da República de Angola estabelece, no seu artigo 2.º, que o país é um Estado Democrático de Direito, com fundamentos na soberania popular, primado da Constituição e da lei, separação de poderes e interdependência de funções, unidade nacional, pluralismo de expressão e organização política, e democracia representativa e participativa. Além disso, a Constituição promove e defende os direitos e liberdades fundamentais do Homem, quer como indivíduo quer como membro de grupos, e garante a defesa da Pátria e dos direitos dos cidadãos como um direito e dever fundamental de todos os angolanos (Constituição da República de Angola, art. 2).

Neste processo de se tornar chefe de estado em um regime semipresidencialista, o presidente muitas vezes atua como intermediário em questões de política externa.

Ele precisa estabelecer relações diplomáticas tanto internamente, com seus ministros e outras instituições, quanto externamente, com multinacionais estrangeiras e parceiros estratégicos de outros países. Isso sugere que, conforme destacado por Putnam (2010) no contexto do jogo de dois níveis, o presidente ou líder político ocupa uma posição proeminente, pois tem o poder de tomar decisões com base nos interesses políticos presentes em diversas realidades sociais e diplomáticas.

Isso se dá porque, conforme pode ser constatado por essa passagem do discurso proferido pelo presidente angolano João Manuel Gonçalves Lourenço acerca do Estado da Nação,

[...]Melhorar o ambiente de negócios para favorecer o investimento privado nacional e estrangeiro é crucial, garantindo acesso ao crédito e desburocratizando o processo de investimento, especialmente no setor de tecnologia da informação e comunicação. Consideramos vital atrair parceiros externos para acessar tecnologia, conhecimento e mercados externos, promovendo encontros com investidores para colaborar na criação de um Estado mais amigo do investimento e apostar na competitividade das empresas, combatendo monopólios prejudiciais à atividade econômica e aos consumidores.

⁶ A União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) teve origem no interior da FNLA, por intermédio de Jonas Savimbi, ministro dos negócios estrangeiros da GRAE, no qual reteve contactos privilegiados com organizações políticas e religiosas.[...] Deste modo, após um pequeno período de incertezas, Jonas Savimbi surpreendeu por optar um caminho próprio ao anunciar, no dia 15 de Março de 1966, o surgimento de um movimento novo de libertação, a UNITA (Silva, 2010, p. 24).

Trabalharemos com o Banco Nacional de Angola para adequar o sistema financeiro e bancário nacional às normas internacionais, fortalecer o papel do Banco Central e apoiar a Unidade de Informação Financeira na prevenção de atividades ilícitas como o branqueamento de capitais e eventual(Lourenço, 2017).

Lourenço sublinha a importância em delinear estratégias para impulsionar o desenvolvimento econômico e atrair investimentos, tanto nacionais quanto estrangeiros. Destaca-se a ênfase na melhoria do ambiente de negócios, facilitando o acesso ao crédito e desburocratizando o processo de investimento para aumentar a base produtiva do país. Além disso, a busca por parcerias externas para acesso à tecnologia e mercados internacionais reflete o reconhecimento da importância da colaboração global no crescimento econômico. O compromisso em ouvir e colaborar com investidores, promover a competitividade empresarial e reformar o sistema financeiro evidencia uma abordagem abrangente para estimular o crescimento econômico sustentável. Ao adotar medidas para fortalecer a estabilidade financeira e combater a lavagem de dinheiro, Lourenço demonstra sua determinação em posicionar Angola como um destino atrativo para investimentos, promovendo o desenvolvimento econômico a longo prazo.

Prosseguindo com essa reflexão, de acordo com José (2011, p. 53), é igualmente salientado que, aos olhos da comunidade internacional, Angola, até o momento, sob a administração de João Manuel Gonçalves Lourenço, não é considerada um país democrático no sentido prático desse termo. Isso é evidente nas restrições à liberdade de expressão e de imprensa, à realização de reuniões pacíficas e à formação de associações, bem como nas prisões arbitrárias de opositores ao governo e na corrupção generalizada. No que concerne a qualidade do governo quanto a corrupção segundo a The Bayesian⁷ Corruption Indicator, Angola em 2021 se encontrava na 60ª posição numa contagem de 0 a 100 na lista dos 190 países (<https://doi.org/10.1016/j.jce.2014.05.007>).

Nesse sentido,

A formulação da política externa de Angola nasce de um encontro entre interesses econômicos, políticos e sociais de origem variada e sua transformação pelo Estado em ação diplomática ou militar. [...] O comportamento de quem decide origina-se de sua percepção, das suas escolhas e das expectativas geradas pelo posicionamento escolhido. Desta forma, cada decisão política é condicionada pela interação de três elementos: a situação política interna do país, em que pesa a conjuntura política e

⁷ O Índice Bayesiano de Corrupção é um índice composto do nível geral percebido de corrupção: Corrupção : Com corrupção, referimo-nos ao “abuso do poder público para ganho privado” Corrupção percebida : Dada a natureza oculta da corrupção, as medidas diretas são difíceis de obter ou são inerentemente falhas (por exemplo, o número de condenações por corrupção). Em vez disso, reunimos a opinião sobre o nível de corrupção dos habitantes do país, das empresas que aí operam, das ONG e dos funcionários que trabalham tanto em organizações governamentais como supragovernamentais. Composto : Combina as informações de 17 pesquisas diferentes e 110 perguntas de pesquisa diferentes que cobrem o nível percebido de corrupção.(Samuel Standaert 2015)

econômica; a situação política externa, que envolve conhecimento do cenário internacional; e a unidade institucional decisória (José, 2011, p. 54).

Por essa razão, de acordo com Alves (2013), a Constituição de Angola, aprovada em 2010 pelos deputados eleitos durante as eleições parlamentares realizadas nos dias 5 e 6 de setembro de 2008, consagra a unidade do Estado, uma democracia pluralista e representativa das instituições do poder, a organização do poder autárquico e estabelece os fundamentos da política externa do Estado, bem como sua prática interna. Além disso, Alves (2013) destaca que a Constituição de 2010 fortaleceu os poderes presidenciais, concedendo-lhe autoridade para definir a política externa, representar o Estado, assinar e ratificar tratados, convenções, acordos e outros instrumentos internacionais, nomear e exonerar embaixadores, designar enviados extraordinários e credenciar representantes diplomáticos estrangeiros (artigo 121º). Todavia, existem outras instituições angolanas que fundamentam a política externa do Estado e sua forma de operação.

Segundo o ministério das relações exteriores (MIREX), descreve que a,

Presidência da República, no caso o Presidente de Angola desempenha um papel central na formulação e execução da política externa. Ele define as diretrizes gerais e representa o país em questões internacionais importantes. Ministério das Relações Exteriores: Este ministério é responsável por desenvolver e implementar a política externa do país. Ele negocia acordos, trata de relações diplomáticas com outros países e organizações internacionais, e representa Angola em conferências e cúpulas internacionais. Assembleia Nacional: O parlamento angolano desempenha um papel de supervisão e controle sobre a política externa, especialmente através de comissões específicas relacionadas a assuntos internacionais. Conselho de Segurança Nacional: Este órgão assessora o Presidente nas questões de segurança nacional, incluindo aquelas relacionadas à política externa, como questões de defesa e segurança regional. Instituições Financeiras e Econômicas: Organizações como o Banco Nacional de Angola e o Ministério da Economia e Planejamento desempenham um papel na política externa ao lidar com questões econômicas, comércio internacional, investimentos estrangeiros e assistência financeira. Embaixadas e Missões Diplomáticas: As embaixadas e missões diplomáticas de Angola nos diversos países e organizações internacionais são responsáveis por representar o país, promover seus interesses e conduzir negociações em nome do governo angolano (Mirex, 2023).

As descrições assim como as instituições apresentadas pelo ministério das relações exteriores é sustentada pela constituição da república de Angola aprovada em 2010, documento fundamental que estabelece a estrutura do Estado angolano, delineando as funções e competências do Presidente, da Assembleia Nacional, do Governo e do Ministro das Relações Exteriores em relação às relações internacionais e à condução da política externa do país.

Quanto às disposições relacionadas à política externa, podem ser encontradas em vários artigos da constituição⁸, tais como o Artigo 108º, artigo que trata das atribuições do presidente da república, incluindo a representação do Estado angolano nas relações internacionais e a negociação e assinatura de tratados internacionais, que são elementos essenciais da política externa. Quanto ao Artigo 165º, estabelece a Assembleia Nacional (parlamento) o exercício de funções relacionadas à política externa, como aprovar a declaração do estado de guerra e ratificar tratados internacionais. Enquanto que o Artigo 202º, estabelece ao Governo angolano a responsabilidade na condução da política externa, entre outras funções executivas, indicando que é o órgão responsável pela implementação da política externa. E por fim, temos o Artigo 208º, que atribui ao Ministro das Relações Exteriores a responsabilidade pela condução da política externa, incluindo a representação do Estado angolano nas relações com outros Estados e organizações internacionais.

4 PILARES DA POLÍTICA EXTERNA DE ANGOLA (PEA)

A abordagem da política externa de Angola é profundamente enraizada em princípios e objetivos que refletem a identidade e os interesses nacionais do país no contexto global. Desde sua independência em 1975, Angola tem buscado estabelecer uma presença significativa e influente tanto no continente africano quanto no cenário mundial. Esses fundamentos não apenas orientam, mas também moldam as ações e decisões do país no cenário internacional, abrangendo desde o apoio à descolonização e à promoção da estabilidade regional até o estímulo do desenvolvimento econômico e da diplomacia cultural. A análise desses pilares essenciais da política externa angolana oferece *insights* valiosos sobre as estratégias adotadas e os desafios enfrentados por Angola em sua busca por uma projeção destacada e respeitada globalmente.

Segundo Simião (2014, p. 46), ``nas relações internacionais, pode-se identificar o modelo de inserção internacional de um Estado, através da maneira como os Governos elaboram e executam as suas políticas externas``. Nesse sentido, Sousa (2005, p. 119) argumenta que o Estado, em suas iniciativas e determinações no âmbito externo, busca exercer domínio e influência sobre o comportamento dos demais atores internacionais, visando alcançar uma posição destacada no sistema global. Essas iniciativas e determinações se desdobram de

⁸ Portal Oficial do Governo da República de Angola - A Constituição. Disponível em: <https://mtti.gov.ao/ao/angola/a-constituicao/>. Acesso em: 28/03/2024.

maneiras diversas, cuja análise, esquematização e síntese adequadas nos auxiliam a compreender e identificar o modelo de integração internacional adotado.

Dora avante, Simião (2014, p. 15) conceitua o modelo de inserção internacional como a estrutura formal de ideias sobre políticas externas que uma entidade emprega, ou planeja empregar, para expandir sua presença no sistema internacional, seja global, continental ou regional. Isso é feito com o intuito de executar de maneira flexível as políticas e estratégias de desenvolvimento mais adequadas aos seus objetivos políticos, econômicos e socioculturais.

Por sua vez, Proença Jr e Duarte (2003, p. 2) apontam que há diversos modelos, como militares, políticos, culturais e econômicos, pelos quais um Estado pode buscar ampliar seu espaço no sistema internacional, sendo que o que os diferencia é a ação. Ainda assim, Almeida (2009, p. 3), adiciona à discussão a distinção entre modelos de inserção internacional ativos e passivos.

Almeida esclarece sua argumentação ao explicar que um modelo de inserção internacional é considerado ativo quando o Estado coordena esforços políticos, econômicos, sociais e culturais para influenciar a agenda internacional e tenta moldar, pelo menos em parte, as decisões globais. Por outro lado, um modelo de inserção internacional é considerado passivo quando um Estado se dedica a preservar sua posição, sem buscar ativamente influenciar ou moldar as dinâmicas internacionais.

Dessa forma, cada Estado, de acordo com suas próprias características, desenvolve e implementa um modelo de inserção internacional que considera adequado para se posicionar no sistema global. No entanto, a República de Angola não está isenta dessa dinâmica, pois é uma parte integrante do sistema internacional e busca ativamente sua máxima realização dentro dele.

Conforme observado por Trindade apud Simião (2014, p. 46), por muitos anos, Angola enfrentou dificuldades para se destacar no sistema devido ao conflito armado que assolou o país. Isso resultou em um modelo de inserção passivo, focado principalmente na preservação da independência e integridade territorial. Com a transição da guerra para a paz, novos interesses nacionais surgiram, levando o governo angolano a redefinir seu modelo de inserção. Em outras palavras, foi necessário optar por um modelo de inserção ativo para atender a esses novos desafios e aspirações.

Segundo o ministério⁹ das relações exteriores (MIREX), os pilares da política externa atual de Angola, concentram-se em,

⁹ Ministério das Relações Exteriores (MIREX) - https://idi.mne.gov.pt/images/Revista_NE/PDF/15-2007_09_n_11_4.pdf. Acessado em: 29 de abril de 2024.

[...]Superar vulnerabilidades internas e cultivar relações internacionais construtivas, tendo como estratégias o bilateralismo através das parcerias estratégicas, o regionalismo a partir da construção de liderança e o multilateralismo voltado significativamente a projeção internacional, tudo isso tendo como instrumentos de acção, a diplomacia e a negociação (Mirex, 2023)

O propósito subjacente a este modelo de inserção é nutrir relações internacionais construtivas em suas interações externas. Seu objetivo não se limita a satisfazer apenas interesses próprios ou a projetar uma imagem internacional favorável. Acima de tudo, busca estabelecer laços que fortaleçam, promovam a paz e contribuam para o desenvolvimento do sistema internacional.

Deste modo, Angola,

[...]procura adequar os seus interesses aos interesses gerais humanidade, os que se prendem, de resto, com a concepção de uma sociedade internacional orgânica e juridicamente organizada, entre eles se destacam a manutenção da paz, a defesa do direito internacional, a instauração de uma ordem internacional justa, a salvaguarda do ambiente à escala planetária, o combate à fome e ao subdesenvolvimento (Simião, 2014, p. 51).

Esses objetivos impulsionam a ativação do modelo de inserção angolano, uma vez que incentivam o governo a buscar soluções no cenário internacional para superar ou evitar situações ou posições que não contribuem para o progresso do país. Para alcançar seus objetivos estabelecidos, o governo angolano adota uma estratégia de inserção baseada em três pilares fundamentais: bilateralismo¹⁰, regionalismo¹¹ e multilateralismo¹². Esses pilares são aplicados de maneira sistemática, pois sua combinação resulta em vantagens substanciais e absolutas. A estratégia de inserção do governo angolano, baseada nos pilares do bilateralismo, regionalismo e multilateralismo, promove o desenvolvimento econômico, político e social do país de forma prática e eficaz. No âmbito bilateral, Angola tem parcerias significativas, como com a China, que investiu bilhões de dólares em infraestrutura, e com Portugal, com acordos em educação e cultura entre outros. Já regionalmente, Angola é membro ativo da SADC, participando da

¹⁰ Refere-se a assuntos que afectem duas partes, por oposição ao unilateralismo (uma parte) e ao multilateralismo (muitas partes). Nas Relações Internacionais é geralmente usado para indicar políticas conjuntas adoptadas por dois actores, Estados ou organizações internacionais, em particular, relativamente a relações comerciais, de defesa e diplomáticas (De Sousa, 2005, p. 27).

¹¹ [...] pode ser dada como a vontade política dos governos no sentido de favorecer o desenvolvimento de elos económicos internacionais com os países geograficamente vizinhos. No plano de jure, a regionalização tanto pode tomar a forma de zonas de comércio livre, uniões aduaneiras ou outro qualquer acordo de comércio preferencial. Na base da institucionalização da regionalização estão forças políticas enquadradas nos poderes do Estado, que visam diminuir obstáculos intraregionais à circulação de mercadorias, serviços, capitais e pessoas (De Sousa, 2005, p. 158).

¹² Sistema de coordenação de relações entre três ou mais Estados de acordo com determinados princípios de conduta, e com objectivos definidos. Traduz o reconhecimento de que problemas à escala mundial como crises ambientais, controlo internacional do tráfico de estupefacientes e terrorismo não podem ser tratados de forma individual por cada um dos Estados, mas exigem esforços e políticas coordenados, desenvolvidos de forma colectiva por vários Estados (De Sousa, 2005, p. 121).

criação de um mercado comum e projetos de infraestrutura, e da CPLP, promovendo cooperação multissetorial entre países lusófonos. Enquanto que no campo multilateral, Angola contribui para missões de paz da ONU e implementa os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável com apoio da organização, além de ser membro da OPEP¹³, influenciando políticas de produção de petróleo e recebendo assistência técnica. Essas cooperações são demonstradas por investimentos chineses superiores a US\$ 20 bilhões, o comércio intra-regional na SADC e milhões de dólares em assistência da ONU para projetos de saúde, refletindo como Angola utiliza esses pilares para promover seu desenvolvimento econômico, social e político.

5 PROJEÇÕES, PARCERIAS E TENDÊNCIAS PARA O FUTURO

Antes de tudo, é imprescindível destacar a enorme relevância de analisar o desenvolvimento de Angola e seu impacto na projeção internacional, especialmente neste contexto atual. Dora avante, como acima já debruçado sobre variados conflitos ultrapassados pelo país, Angola passou por uma reestruturação produtiva tendo efeitos variados em seu desenvolvimento, os quais foram marcados pela subordinação a uma ordem global caracterizada pela dependência política e econômica (colonização). Nesse contexto, o país nos últimos tempos com essa atual governação, tem enfrentado certos desafios na promoção do seu progresso. Para uma compreensão mais profunda do período em análise, é importante examinar o processo histórico do desenvolvimento angolano.

Assim, é possível compreender que,

Esse processo histórico da construção do desenvolvimento nacional reflete sobremaneira nas estratégias de transformar o país como ator importante. O seu desenvolvimento significa melhor condições de vida da sua população, mas, também, maiores recursos de poder para interferir no processo decisório do sistema internacional (Moura, 2021, p. 80).

¹³ Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) é uma organização intergovernamental fundada em 1960 por cinco países produtores de petróleo: Irã, Iraque, Kuwait, Arábia Saudita e Venezuela. A OPEP tem como objetivo coordenar e unificar as políticas de petróleo dos seus países membros, assegurar a estabilidade dos mercados de petróleo, garantir um fornecimento eficiente, econômico e regular de petróleo aos consumidores, e proporcionar uma renda estável aos produtores. A organização atualmente conta com 13 países membros, incluindo Angola, que aderiu em 2007. Disponível em: https://www.opec.org/opec_web/en/about_us/24.htm. Acesso em: 12 jul. 2024.

Para tal, esses interesses têm levado o Estado angolano a fazer parcerias com outros os Estados, no intuito de poder proporcionar melhor estabilidade da sua população em todas as áreas. Além disso, é fundamental considerar o papel da cooperação internacional para Angola nos tempos atuais. Conforme apontado por Sato (2010, p. 46), essa cooperação se estendeu para diversas áreas, abrangendo desde o comércio e as finanças até questões de segurança, meio ambiente, educação e saúde. Isso ressalta a crescente interconexão entre os países e a necessidade de colaboração global para enfrentar os desafios contemporâneos em diferentes esferas da sociedade.

A crescente atividade diplomática e comercial em África, especialmente em Angola, tem trazido à tona uma competição por influência e poder em um cenário cada vez mais globalizado. É como se diferentes atores estivessem disputando a atenção e a parceria de Angola, reconhecendo sua importância estratégica no continente. As visitas dos ministros de Relações Exteriores da China e da Rússia no ano de 2022, juntamente com o contato direto do Secretário de Estado dos Estados Unidos e a visita de um coordenador especial dos EUA no dia 10 de Fevereiro de 2023, demonstram o interesse genuíno desses países em estabelecer laços sólidos com Angola. Esses eventos ressaltam não apenas a relevância de Angola no cenário africano, mas também a sua influência e potencial para moldar as relações internacionais de forma significativa.

Deste modo, é importante salientar que,

A cooperação entre a Rússia e Angola (com o Governo do MPLA) data desde o período da Luta da Libertação Nacional, num primeiro momento e, num segundo momento, durante o conflito armado angolano, sem descuidar o domínio de cooperação ao nível militar, desde o fornecimento de armamento russo, treino e formação de quadros angolanos, que implica um volume de negócio assinalável. De recordar que Angola havia manifestado a intenção de construir uma indústria de montagem de equipamento militar com apoio técnico-militar da Rússia, isso em Sochi, em 2018, pelo que tudo indica essa realidade alterou-se devido às pretensões do Estado angolano em adquirir material militar americano, no sentido de modernizar o sector de Defesa e Segurança do país. A relação entre Angola e a Rússia foi sempre caracterizada por um alinhamento estratégico tradicional, assente em aspectos históricos, cooperação, ideologia e princípios, como, por exemplo, a não ingerência nos assuntos internos dos Estados (Jornal de Angola, 2023)¹⁴.

A cooperação contínua entre Angola e Rússia pode oferecer vantagens significativas para Angola no processo de diversificação de sua cooperação internacional. Além do histórico de cooperação militar, a parceria pode se expandir para outras áreas, como investimentos em

¹⁴ <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/o-re-posicionamento-de-angola-no-sistema-internacional/> (Acesso em: 06 de abril de 2024).

infraestrutura, energia e tecnologia, contribuindo para a diversificação da economia angolana. Além disso, a relação estratégica baseada em princípios como a não interferência nos assuntos internos pode promover uma cooperação mais estável e previsível, facilitando o desenvolvimento de projetos conjuntos de longo prazo que beneficiem ambos os países.

Ao passo que,

A China como maior parceiro comercial de Angola, com o alcance da paz, em 2002, o país procurou financiamento em diferentes instituições financeiras internacionais e tentou realizar uma conferência de doadores que não foi bem sucedida, devido vários a factores objectivos e subjectivos que envolveram dois cenários. O primeiro, em 2002, segundo o qual o país não reunia as condições para a obtenção desta ajuda; e o segundo, alegadamente devido às exigências de que eram complexas e que o Estado angolano não estava ou não queria nos moldes exigidos, restando uma opção que era a China, que se constituiu numa via alternativa em termos económicos e de reconstrução do país. (Jornal de Angola, 2023)

A relação de cooperação entre Angola e China é vital para a diversificação das parcerias internacionais de Angola. Desde o fim da guerra civil em 2002, Angola tem buscado financiamento para reconstruir o país, encontrando na China um parceiro confiável e acessível. Atualmente, essa cooperação se estende além da reconstrução, abrangendo uma variedade de setores, incluindo infraestrutura, energia e tecnologia. A China não apenas fornece financiamento, mas também compartilha conhecimento e expertise, impulsionando o desenvolvimento econômico e social de Angola. Essa relação robusta não só fortalece os laços bilaterais, mas também contribui para o avanço mútuo dos dois países.

Enquanto que,

As relações diplomáticas entre Angola e os Estados Unidos da América foram estabelecidas aos 30 de Maio de 1993, quando a administração do ex-Presidente democrata Bill Clinton reconheceu o Governo do MPLA como legítimo saído das eleições de 1992. Mas importa referir que antes deste acontecimento as multinacionais petrolíferas americanas exploravam o petróleo angolano (Jornal de Angola, 2023).

A relação diplomática entre Angola e os Estados Unidos, estabelecida em 1993, apresenta oportunidades significativas para Angola no processo de diversificação de suas parcerias internacionais. Antes desse marco, as multinacionais petrolíferas americanas já exploravam o petróleo angolano, evidenciando um histórico de interação econômica. Atualmente, essa relação pode expandir-se para além do setor petrolífero, abrangendo áreas como investimentos, comércio e cooperação em infraestrutura e tecnologia. O estabelecimento de laços mais estreitos com os Estados Unidos pode diversificar as fontes de investimento e

conhecimento técnico disponíveis para Angola, impulsionando seu desenvolvimento econômico e social de maneira mais ampla.

Não podemos deixar passar despercebido que, as vastas riquezas minerais de Angola despertam o interesse das principais potências mundiais. De fato, essas potências têm interesses consolidados no país, e as mudanças em curso no sistema internacional, junto com a crescente competição entre elas, estão levando determinados líderes diplomáticos a prestarem uma atenção especial.

Segundo Osvaldo Mboco¹⁵, especialista em Relações Internacionais, numa entrevista concedida ao jornal de Angola 12/02/2023, diante do exposto, apela que,

[...] "o (re)posicionamento de Angola no sistema internacional deve adoptar uma "diplomacia de Jogo de Cintura" com o objectivo de evitar qualquer irritante político ou diplomático com as três grandes potências, daí que o tacto político do Presidente João Lourenço e da diplomacia angolana deve funcionar com o objectivo de preservar os nossos interesses nacionais e preservar as relações com estes Estados[<https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/osvaldo-mboco-apela-para-diplomacia-de-jogo-de-cintura-com-as-potencias-mundiais-11222023/>.Data de acesso: 01 de abril de 2024],

A afirmação de Osvaldo Mboco, especialista em Relações Internacionais, traz à tona uma discussão relevante sobre o papel de Angola no sistema internacional e a estratégia diplomática que o país deve adotar. A ideia de uma "diplomacia de Jogo de Cintura" ressalta a necessidade de flexibilidade e habilidade política para lidar com as grandes potências mundiais, a fim de evitar conflitos políticos ou diplomáticos que possam prejudicar os interesses nacionais de Angola. O termo "Jogo de Cintura" sugere uma abordagem diplomática que envolve manobras habilidosas e adaptação às circunstâncias em constante mudança. Isso implica em uma postura pragmática e sensível às dinâmicas globais, especialmente em relação às grandes potências, que podem exercer influência significativa nos assuntos internacionais.

A menção ao "tacto político" do Presidente João Lourenço e da diplomacia angolana destaca a importância da liderança política e da competência diplomática na execução dessa estratégia. É fundamental que Angola seja capaz de defender seus interesses nacionais, ao mesmo tempo em que mantém relações estáveis e produtivas com as grandes potências.

Como pontua Bembe (2016), a interconexão de interesses entre os Estados como parte da comunidade internacional os impulsiona a realizar atividades políticas externas. Isso ocorre

¹⁵ Osvaldo Mboco é descrito como docente universitário e chefe do Departamento de Ensino e Investigação de Relações Internacionais, demonstrando o seu envolvimento e contribuição significativa no campo acadêmico e político em Angola

por meio do estabelecimento de contatos internacionais, com o objetivo de resolver questões ou satisfazer necessidades de interesse comum ou mútuo.

Quanto ao processo de exportação e importação do maior parceiro comercial de Angola, no caso a China, segundo o Índice de Complexidade Econômica (OCE)¹⁶,

Dados	Valores
Período	Dezembro de 2022 a Dezembro de 2023
Diminuição nas Exportações	US\$ -135 milhões (-31,5%)
Aumento nas Importações	US\$ 161 milhões (8,99%)
Principais Exportações da China para Angola (Dezembro de 2023)	Calçado de Borracha (US\$ 24,6 milhões), Veículos automóveis; peças e acessórios (US\$ 16 milhões), Outros móveis (US\$ 14,8 milhões), Motocicletas e bicicletas (US\$ 13,4 milhões), Ternos femininos de malha (US\$ 9,39 milhões)
Principais Importações da China de Angola (Dezembro de 2023)	Petróleo bruto (US\$ 1,54 bilhão), Gás de petróleo (US\$ 31,1 milhões), Granito (US\$ 3,69 milhões), Cobre orgânico (US\$ 1,67 milhões), Alumínio bruto (US\$ 1,16 milhões)
Origem das Exportações da China (Dezembro de 2023)	Província de Zhejiang (US\$ 62,7 milhões), Província de Shandong (US\$ 47,7 milhões), Província de Jiangsu (US\$ 29,5 milhões), Província de Guangdong (US\$ 28,5 milhões), Província de Sichuan (US\$ 27,7 milhões)
Destino das Importações da China (Dezembro de 2023)	Pequim (US\$ 1,7 milhão), Província de Zhejiang (US\$ 182 milhões), Província de Shandong (US\$ 64,1 milhões), Província de Fujian (US\$ 3,25 milhões), Província de Guangdong (US\$ 1,51 milhão)
Diminuição nas Exportações Anuais da China para Angola (Dezembro de 2023)	Principalmente por uma diminuição nas exportações de produtos de Reboques e semi-reboques, sem propulsão mecânica (US\$ -8,79M ou -74,6%), Tecido de fio de filamento sintético (US\$ -7,17 milhões ou -69,7%) e telefones (US\$ -6,83 milhões ou -43%)
Aumento nas Importações anuais da China provenientes de Angola (Dezembro de 2023)	Principalmente por um aumento nas exportações de produtos de Granito (US\$ 1,85 milhões ou 100%), Cobre Refinado (US\$ 464 mil dólares ou 38,6%) e mercadorias não especificadas noutras posições (US\$ 3,58 mil ou 38,6%) 134%)
Fonte	OCE (2022)

Nota: OCE (2022) refere-se a “O Observador Económico”, um jornal online de Angola.

¹⁶ O Observatório da Complexidade Econômica (OEC) é uma plataforma online de visualização e distribuição de dados focada na geografia e dinâmica das atividades econômicas. O OEC integra e distribui dados de diversas fontes para capacitar analistas do setor privado, do setor público e da academia. O OEC é atualmente projetado e desenvolvido pela Datawheel, mas começou como um projeto de pesquisa no grupo de Aprendizagem Coletiva do MIT (antigo Macro Connections Group) (OCE, 2011) <https://www.voportugues.com/a/pequim-anula-tarifas-de-importa%C3%A7%C3%A3o-de-98-por-cento-dos-produtos-angolanos/7394602>. HTML. Acessado em: 06 de abril de 2024.

Diante dos dados apresentados, é possível observar que as relações comerciais entre China e Angola desempenham um papel significativo na economia angolana. A queda nas exportações da China para Angola, especialmente em produtos como calçados de borracha e veículos automóveis, pode indicar mudanças na demanda ou na competitividade desses produtos no mercado angolano. Por outro lado, o aumento nas importações da China de Angola, com destaque para produtos como petróleo bruto e granito, sugere uma crescente dependência da China em recursos naturais e matérias-primas provenientes de Angola.

Essa relação comercial é de grande relevância para a economia angolana, pois influencia diretamente o fluxo de comércio, as receitas de exportação e importação, bem como o equilíbrio da balança comercial do país. Além disso, as exportações de produtos angolanos para a China, como o petróleo bruto, desempenham um papel crucial na geração de receitas e no crescimento econômico de Angola. Portanto, entender e monitorar de perto essas relações comerciais é fundamental para a formulação de políticas econômicas e comerciais que promovam o desenvolvimento sustentável e a diversificação da economia angolana.

Como pontualisa Alves apud Rodrigues (2021, p. 57) Os empréstimos da China desempenharam um papel fundamental na reconstrução e renovação de uma ampla gama de centros de saúde e hospitais em todo o país, universidades, instituto politécnico, assim como no setor da agricultura, militar entre outros.

Tendo em conta a necessidade alargar a cooperação regional, Santos (2018, p. 87) sublinha que, a política externa angolana também incorporam uma dimensão regional, buscando fortalecer sua posição no contexto africano, especialmente através da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) e da SADC - Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral, podendo proporcionar diversos benefícios para o país, ao colaborar com outros países africanos em questões de interesse comum, como desenvolvimento econômico, segurança e cooperação política. Ainda assim, pode também proporcionar desenvolvimento social e cultural que promovem intercâmbios culturais, educacionais e sociais entre os países membros, contribuindo para o enriquecimento da diversidade cultural e o desenvolvimento social em Angola. Outro sim, é a influência política, que permite com que Angola tenha uma voz mais forte em questões políticas e diplomáticas que afetam a África Austral e os países de língua portuguesa, aumentando sua influência e relevância no cenário internacional. E por último, é o desenvolvimento sustentável, que acarreta consigo a promoção de cooperação em áreas como meio ambiente, energia e infraestrutura, contribuindo para o desenvolvimento sustentável e a resiliência aos desafios regionais.

Todavia, estas cooperações que Angola tem feito e fortalecido nos últimos tempos, nos remete em perspectivar determinadas tendências para o futuro do país. Assim sendo, existem desafios significativos para a política externa de Angola. Segundo Santos & Pereira(2020), gerenciar as tensões internas do país e lidar com questões como corrupção e transparência governamental, são elementos a se ter em conta. Além disso, o contexto geopolítico global em constante mudança pode apresentar novos desafios à política externa do país.

Acredita-se, que é essencial que Angola continue a adaptar a sua política externa às mudanças no cenário internacional. Isso exigirá uma análise cuidadosa das tendências globais e regionais, bem como uma avaliação contínua das necessidades e interesses nacionais do país (Mendes & Soares, 2019). Com uma abordagem cuidadosa e adaptativa, Angola poderá enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades que se apresentam no âmbito da política externa, contribuindo para seu desenvolvimento econômico e sua segurança nacional no contexto global. Olhando para o futuro, é provável que a política externa de Angola continue a evoluir à medida que o país procura equilibrar seus interesses nacionais com as demandas da economia global. Com base nos resultados deste estudo, pode-se argumentar que uma maior diversificação das relações exteriores de Angola poderia beneficiar o país a longo prazo.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho de conclusão de curso investigou profundamente a política externa de Angola, analisando seus processos e pilares atuais e antecipando suas possíveis tendências futuras. A pesquisa revelou que a política externa de Angola é fortemente influenciada por sua história colonial e pela necessidade contínua de estabilidade nacional e desenvolvimento econômico. Além disso, identificou-se uma tendência recente para um maior engajamento com o mundo exterior, particularmente com outras nações africanas, bem como com os principais atores globais.

Os resultados também sugerem que a política externa de Angola no futuro provavelmente continuará a ser moldada por esses fatores, embora também possa haver um movimento em direção a uma maior integração regional e internacional. Isso pode ter implicações significativas para a posição de Angola no mundo e para seu papel dentro da comunidade internacional.

Estes achados são importantes porque ajudam a lançar luz sobre as motivações subjacentes à política externa angolana. Ao entender melhor esses processos e pilares, as partes

interessadas podem ser capazes de prever mais eficazmente as futuras direções políticas do país. Além disso, pode fornecer insights valiosos para aqueles interessados em se engajar mais profundamente com Angola em questões internacionais.

A análise realizada em nosso estudo sobre a política externa de Angola destaca sua constante evolução ao longo do tempo. O país está cada vez mais empenhado em ampliar seus laços diplomáticos e econômicos com uma variedade de parceiros internacionais. Observamos que Angola tem concentrado esforços na construção de relações bilaterais e multilaterais sólidas, tanto com países africanos quanto com potências globais como os Estados Unidos e a China.

Um dos principais resultados da nossa pesquisa foi a identificação da clara tendência de Angola em diversificar suas relações externas. Além disso, observamos um aumento na participação de Angola em organizações internacionais, como a ONU e a União Africana. Essas descobertas têm implicações significativas, sugerindo que Angola está ativamente buscando uma posição mais destacada no cenário internacional. Isso pode influenciar o equilíbrio de poder na África Subsaariana e além. Além disso, o aprofundamento dos laços diplomáticos de Angola pode resultar em vantagens econômicas significativas, especialmente na busca por alternativas de parceria para uma economia que historicamente se baseou fortemente no petróleo.

REFERÊNCIAS

AJG Simões, CA Hidalgo. **O Observatório da Complexidade Económica: Uma Ferramenta Analítica para Compreender a Dinâmica do Desenvolvimento Económico.** (2011) <https://oec.world/en/profile/bilateral-country/chn/partner/ago>

ALMEIDA, Eugénio da Costa. **Angola Potência Regional em Emergência.** Lisboa, 2011.

AMORIM NETO, Octavio. **De Dutra a Lula: a condução e os determinantes da política externa brasileira.** Rio de Janeiro: Campus, Konrad-Adenauer-Stiftung, 2011.

BEMBE, Miguel Domingos. **A Política externa angolana: Doutrina e prática.** Mulemba, 6(11) | 2016.

CARMO, Manuel. **A política externa angolana: desafios e oportunidades em um mundo globalizado.** Revista Angolana de Relações Internacionais, [S.l.], v. 1, n. 1, p. 32-45, 2018.

CASTELLANO DA SILVA, Igor. **Política externa na África austral: guerra, construção do estado e ordem regional.** Porto Alegre: RS, 2017.

CIPRA, **Mensagem sobre o Estado da Nação, pronunciada por sua excelência João Manuel Gonçalves Lourenço, Presidente da República de Angola.** Na abertura da II Sessão legislativa da IV legislatura da Assembleia nacional.

https://plataformacipra.gov.ao/public/ficheiros/arquivos/Gov_AngolaDiscurso691007231011571688980317.pdf. Luanda, aos 16 de Outubro de 2017.

CONSTITUINTE, Assembleia. **Constituição da República de Angola.** Consultado a, v. 11, p. 36-74, 2010.

DE SOUSA, Fernando. **Dicionário de relações internacionais.** Edições Afrontamento, CEPES, e autores, Santa Maria, 2005.

FERREIRA, Luís. **A geopolítica e a construção da política externa de Angola: uma análise histórica.** Cadernos de Estudos Africanos, [S.l.], n. 38, p. 67-84, 2020.

FRANCISCO, Alberto André Carvalho. **A Política externa de Angola durante a guerra fria (1975-1992).** Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Relações Internacionais, 2013.

GOMES, Catarina Antunes. **De como o poder se produz: Angola e as suas transições.** Tese de doutoramento em Sociologia, Universidade de Coimbra, 2009.

GRAÇA, Pedro Borges. **A área dos estudos estratégicos.** Rev. Direito Econ. Socioambiental, Curitiba, v. 4, n. 2, p. 39-57, jul./dez. 2013.

JESUS ALVES, Carlos Alberto. **Política externa angolana em tempo de guerra e paz: colonialismo e pós-colonialismo.** Tese de Doutoramento em Identidades, Práticas e Representações do Mundo Contemporâneo, orientada pelo Doutor António Martins da Silva, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 2013.

JORNAL de Angola. (2017, 26 de Outubro). **Biografia do Presidente João Lourenço: Percurso histórico do terceiro Chefe de Estado de Angola.** Jornal de Angola, (<https://www.angola.or.jp/pt/2020/08/24/biography-pr-joao-lourenco-pt/>).

JORNAL de Angola. (2023). **O (re)posicionamento de Angola no sistema internacional.** In: <https://www.jornaldeangola.ao/ao/noticias/o-re-posicionamento-de-angola-no-sistema-internacional/>

JOSÉ, Joveta. **Política Externa de Angola: 1992 aos dias atuais.** 33o Encontro Anual da ANPOCS GT 19: Entre Fronteiras e Disciplinas: Estudos sobre África e Caribe, 2008.

LUCAS, Mary Francisca Coluna. **A política externa angolana: o governo de José Eduardo dos Santos (1979-2017).** 2020.

Mensagem sobre **o Estado da Nação**, pronunciada por João Lourenço, Presidente da República de Angola Luanda, aos 16 de Outubro de 2017

NEL, Philip. **Foreign Policy Making in Developing States: A Comparative Approach.** Farnham: Ashgate, 2010.

MBOCO, Osvaldo. Entrevista realizada por jornal de Angola, em 12-02-2023

MENDES, Ana.; SOARES, Daniel. **A geopolítica e a política externa angolana: desafios e tendências futuras**. Cadernos de Estudos Africanos, [S.l.], v. 37, n. 2, p. 97-120, 2019.

MIREX. (2023). **As instituições angolanas que fundamentam a política externa do Estado**. Ministério das Relações Exteriores de Angola. Disponível em: [https://mirex.gov.ao/PortalMIREX/\[15\]](https://mirex.gov.ao/PortalMIREX/[15]).

MOURA, Luís Claudio Martins de. **Projeção internacional do Brasil: desenvolvimento e integração física regional (2003-2020)**. 2022.

ORGANIZAÇÃO DOS PAÍSES EXPORTADORES DE PETRÓLEO. História. Disponível em: https://www.opec.org/opec_web/en/about_us/24.htm. Acesso em: 12 jul. 2024.

PROENÇA JR., Domício&DUARTE,Érico. **Projeção de poder e intervenção militar pelos Estados Unidos da América**, 2003. Artigo disponível in: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292003000100007&script=sci_arttext.

PUTNAM, Robert. **Diplomacia e Política doméstica: a lógica dos jogos de dois níveis**. Rev.Sociol. Polít., Curitiba, v. 18, n. 36, p. 147-174, jun. 2010.

ROCHA DE CARVALHO, Felipe; SCHUTZ, Nathaly Silva Xavier. **A ascensão angolana: projeção de poder no Atlântico Sul**. Cadernos de Relações Internacionais e Defesa, v.1,no.1, 2019.

SAMUEL, Standaert "**Divining the Level of Corruption: a Bayesian State Space Approach**", *Journal of Comparative Economics*, 43(3)782803.DOI: [10.1016/j.jce.2014.05.007](https://doi.org/10.1016/j.jce.2014.05.007). (2015).

SANTOS, Ricardo Ferreira . **As Relações Externas de Angola: Desafios e Oportunidades no Século XXI**. Estudos Internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas, [S.l.], v. 6, n. 2, p. 83-102, 2018.

SATO, Eiiti et al. **Cooperação Internacional: uma componente essencial das relações internacionais**. 2010.

SILVA, Agstinho. **A Origem e Intervenção do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) na luta de Independência Nacional (1961-1975)**. 2010. Tese de Doutorado. Academia Militar. Direção de Ensino.

SIMIÃO, Isaac Napoleão. **Modelo de Inserção de Angola no Sistema Internacional**. Tese de Doutorado. Universidade de Evora (Portugal). 2014

SMITH, Steve. **Introdução às relações internacionais: teorias e abordagens**. Rio de Janeiro: Zahar, 2016.

SOUSA, Fernando. **Dicionário de Relações Internacionais**, Edições Afrontamento, 2005.

VINES, Alex.; WONG, Ling.; WEIMER, Marc.; CAMPOS E MATOS, Isabel. **Thirst for African Oil: Asian National Oil Companies in Nigeria and Angola.** London: Chatham House, 2015.